



# 11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,  
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

---

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

---

## O Trabalho da(o) assistente social no programa de assistência estudantil do Instituto Federal do Paraná

Edinalva Julio<sup>1</sup>

Cleonilda Sabaini Tomazini Dallago<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o trabalho de assistentes sociais no Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Paraná (IFPR), com a participação de seis profissionais que atuam em diferentes campi. Os dados revelam que as principais demandas estão ligadas à divulgação, orientação, análise socioeconômica e acompanhamento de estudantes. Verificou-se ainda que a insuficiência de profissionais e a sobrecarga de tarefas administrativas e burocráticas limitam o planejamento de ações voltadas à dimensão educativa do trabalho profissional.

**Palavras-chave** educação; assistência estudantil; trabalho da(o) assistente social.

## The work of the social worker in the Student Assistance program at the Federal Institute of Paraná

**Abstract:** This article presents the results of a research on the practice of social workers in the Student Assistance Program at the Federal Institute of Paraná (IFPR), involving six staff working across different campuses. The data reveal that the main demands relate to disclosure, guidance, socioeconomic assessment, and student follow-up. It was also found that the shortage of staff, as well as the overload of administrative and bureaucratic tasks, limit the planning of actions focused on the educational dimension of professional practice.

**Keywords:** education; student assistance; labor of the social worker.

### 1. Introdução

Este artigo tem como tema o trabalho da(o) assistente social no programa de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). O artigo é parte dos resultados de uma pesquisa<sup>3</sup> de mestrado defendida em 2022. A pesquisa teve como objetivo analisar a contribuição do trabalho da(o) assistente social para a permanência estudantil. O método utilizado fundamenta-se no materialismo histórico – dialético. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa.

---

<sup>1</sup>Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e assistente social no Instituto Federal do Paraná-Campus Foz do Iguaçu. Email: dinajulio@msn.com

<sup>2</sup>Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e Professora associada da Graduação e Pós-Graduação na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

<sup>3</sup>A pesquisa realizada está de acordo com a Resolução N°510/2016 tendo sido aprovada pelo CEP/UNIOESTE.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo realizada com assistentes sociais do Instituto Federal do Paraná.

A inserção de assistentes sociais no IFPR está relacionada ao movimento iniciado nos anos 2000 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de ampliação do acesso e permanência na educação pública federal, por meio do processo de expansão e interiorização das instituições federais de ensino e também com a aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2010. O próprio IFPR é uma instituição criada neste contexto de expansão com a aprovação da Lei nº. 11.892/2008. O IFPR tem 26 (vinte e seis) campus distribuídos em municípios das diferentes regiões do Estado do Paraná e a reitoria está localizada em Curitiba, capital do Estado.

As primeiras assistentes sociais ingressaram no IFPR em 2011, atuando inicialmente na Reitoria. Em 2013, duas profissionais iniciaram suas atividades em dois campi da instituição, por meio de redistribuição de outras instituições federais de ensino. No entanto, foi em 2014 que o quadro de assistentes sociais passou por uma ampliação mais significativa, em decorrência de concurso público realizado no final de 2013 (ABREU; INCERTI; JULIO, 2014).

No período em que a pesquisa foi realizada, o IFPR contava com 30 assistentes sociais, sendo 26 atuando nos campi e 4 na Reitoria. Destas quatro, duas estavam vinculadas à Diretoria de Assistência Estudantil (DAES), na Pró-Reitoria de Ensino (PROENS); uma à Reitoria Administrativa; e uma ao Núcleo de Atenção à Saúde, vinculado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE). À exceção de cinco campi, todos os demais contavam com, pelo menos, um(a) profissional de Serviço Social. A maioria das(os) profissionais atuava diretamente nos campi, principalmente em ações vinculadas ao Programa de Assistência Estudantil.

A pesquisa foi realizada com seis assistentes sociais lotadas nos campi, sendo uma de cada região geográfica intermediária do Estado do Paraná. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário online.

O artigo está organizado em dois tópicos: no primeiro realizamos breves apontamentos sobre o Serviço Social na política de educação e no segundo, abordamos sobre o trabalho de assistentes sociais no programa de assistência estudantil do IFPR.

## **2. Serviço Social na Política de Educação: breves apontamentos**

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação não é recente, trata-se de um percurso que teve início concomitante ao processo de profissionalização da profissão, período este, que remonta a década de 1930, nos marcos do processo de industrialização e expansão do capitalismo no Brasil, quando o Estado assume o enfrentamento à “questão social” com políticas sociais como uma das estratégias para arrefecer as mobilizações operárias na luta pelos seus direitos e assegurar as condições para expansão do capitalismo. Como afirmado por Netto (2011) é na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições para a profissionalização do Serviço Social, como profissional assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho e um dos agentes executores das políticas sociais.

Dallago (2014) argumenta que a demanda e a necessidade do reconhecimento das expressões da “questão social” por parte do Estado a partir das décadas de 1930 e 1940, intensificam o atendimento por meio das políticas sociais e com a criação de instituições para prestar serviços nas diversas áreas, necessitando de profissionais especializados. Neste contexto, o assistente social é requisitado para trabalhar nas instituições, especialmente de áreas emergenciais, tais como assistência social, saúde e educação.

Com relação ao trabalho do assistente social na educação neste tempo histórico, Witiuk (2004, p. 24) sustenta que “sendo a escola um dos aparelhos privados significativos para a manutenção da hegemonia o Serviço Social será requisitado para o exercício de atribuições que harmonizam as relações no processo de vigilância da moral e da sociabilidade das famílias empobrecidas”.

Entretanto, é a partir do movimento de reconceituação do Serviço Social, iniciado nos anos de 1960 e as interlocuções com a teoria marxista que se iniciou o caminho para o debate que se consolidou a partir das décadas de 1980 e 1990 em um novo direcionamento da profissão pautado em uma perspectiva crítica nas dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa.

Desde os anos 2000, a categoria profissional, por meio de suas entidades representativas (Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social), têm se mobilizado e aprofundado o debate sobre o Serviço Social na educação no intuito de contribuir para o debate e construção de uma concepção de educação como

prática emancipatória e na defesa dessa política pública como um direito social; nessa perspectiva, a próxima seção abordará o trabalho de assistentes sociais na política de educação, com ênfase na atuação no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil(PNAES).

### **3. O trabalho de assistentes sociais no programa de assistência estudantil: demandas, requisições e atribuições**

Como discutido ao longo deste trabalho, a inserção de assistentes sociais na política de educação remonta à década de 1930, período que coincide com o processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil. No entanto, observa-se que o espaço sócio-ocupacional desses(as) profissionais nessa política foi significativamente ampliado a partir dos anos 2000, especialmente no contexto da expansão das instituições federais de ensino e da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Silva (2013) argumenta que a entrada de assistentes sociais na rede federal de educação profissional, tem relação com a “reorientação pedagógica das instituições e o ingresso de estratos da classe trabalhadora que não ocupavam os espaços de acesso meritocrático das escolas técnicas federais (Silva, 2013, p. 143). A autora, ainda, analisa que há um reconhecimento social da profissão de Serviço Social, considerando ser este profissional responsável pelo enfrentamento das expressões da “questão social”. Esse reconhecimento social que fundamenta a abertura de concursos para a rede federal.

Ao abordarmos o trabalho da(o) assistente social, é importante destacar que o Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, Carvalho 2003; Iamamoto 2004a). Ou seja, o Serviço Social atua na esfera da reprodução social, tem como objeto de intervenção as múltiplas expressões da “questão social” nos diferentes espaços sócio-ocupacionais viabilizando o atendimento às necessidades sociais dos sujeitos e o seu acesso nas diferentes políticas sociais e também desenvolve um trabalho socioeducativo na medida que intervém “em seus comportamentos e valores, em seu modo de viver e de pensar, em suas formas de luta e organização e em suas práticas de resistência” (Yazbek, 2009a, p. 135).

Como destacado pelo CFESS (2013) às atribuições e competências do assistente social são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (1993)

e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Esse conjunto de instrumentos expressam o Projeto Ético-Político hegemônico da profissão, ou seja, a direção social que se quer dar para as ações profissionais. Importa aqui destacar que esse projeto profissional hegemônico assumiu o compromisso com os interesses da classe trabalhadora, pois “O Serviço Social brasileiro, assumiu um ideário emancipatório, herdeiro da história da luta mundial dos/as trabalhadores/as, calcada na grande política e em valores que dignificam o gênero humano” (Iamamoto, 2021, p. 19). Deste modo, independente dos espaços sócio-ocupacionais em que atuam as(os) assistentes sociais esse é o horizonte do Projeto Ético-Político profissional.

No campo da educação, como afirmado por Almeida e Alencar (2011, p. 167), “as principais requisições apresentadas aos assistentes sociais estão relacionadas aos fatores socioeducacionais que dificultam ou impedem diferentes sujeitos sociais “[...] de experimentarem o processo educativo como um direito subjetivo”. Os autores ainda descrevem algumas ações que são desenvolvidas pelos profissionais nesta política, tais como: realização de estudos socioeconômicos, articulação com a rede socioassistencial, atuação com os diferentes sujeitos envolvidos com o processo educacional, articulação com movimentos sociais atuantes na área da educação, implantação e desenvolvimento de políticas, programas, projetos e serviços de assistência estudantil, acompanhamento das condicionalidades, articulação e acompanhamento das instâncias de controle social, organização e condução de palestra, grupos e oficinas abordando temáticas relativas ao cotidiano escolar e ao universo dos estudantes(Almeida; Alencar, 2011).

Como mencionado anteriormente, a inserção de assistentes sociais no IFPR, ocorreu a partir do processo de expansão das instituições federais de ensino e da implementação do PNAES, Nos campi, as(os) assistentes sociais desenvolvem seu trabalho principalmente nas ações relacionadas ao PNAES, neste sentido, buscamos apresentar e analisar a particularidade do trabalho das(os) assistentes sociais no âmbito desse programa, identificando inicialmente, quais as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social.

Com base nos dados da pesquisa, verificou-se que, o trabalho das(os) assistentes sociais no âmbito do programa de assistência estudantil, abrange várias etapas do processo de operacionalização, tais como: elaboração, divulgação, orientação acerca de editais de inscrição nos programas da assistência estudantil; orientação a estudantes e

familiares sobre os programas, análise socioeconômica; controle de termos de compromisso, acompanhamento dos pagamentos e abertura de contas bancárias para recebimento de auxílio/bolsas; acompanhamento da frequência, acompanhamento social e encaminhamentos para a rede intersetorial de atendimento.

Yazbek (2009a), analisando as particularidades do trabalho do assistente social, descreve duas características da atuação profissional,

1º pelo atendimento às demandas e necessidades sociais de seus usuários, podendo produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida da população com a qual trabalha, viabilizando seu acesso a políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de natureza diversa. Nesse âmbito desenvolve tanto atividades que envolvem abordagens diretas com os seus usuários, como ações de planejamento e gestão de serviços e políticas sociais; 2º por uma ação socioeducativa, para com as classes subalternas, interferindo em seus comportamentos e valores, em seu modo de viver e de pensar, em suas formas de luta e organização e em suas práticas de resistência. (Yazbek, 2009a, p. 135).

Viabilizar o acesso da população às políticas sociais é parte intrínseca do exercício profissional da(o) assistente social, no entanto, é a dimensão educativa do trabalho profissional que possibilita uma mudança na cultura, que tenha como norte a emancipação dos sujeitos. A pesquisa também evidenciou a dimensão educativa do trabalho profissional, especialmente no que se refere à orientação, ao esclarecimento e à socialização de informações acerca dos direitos sociais, em particular da assistência estudantil enquanto ação voltada a garantia do direito à educação.

Os dados da pesquisa também evidenciaram a presença significativa de atividades administrativas e burocráticas no cotidiano de trabalho das assistentes sociais. Embora essas atividades não constituam atribuições específicas do Serviço Social, acabam sendo incorporadas à rotina, consumindo parte expressiva do tempo de trabalho e limitando o desenvolvimento de ações próprias da profissão. As participantes apontam que demandas relacionadas ao pagamento de bolsas e auxílios estudantis, somadas à insuficiência de servidores da área administrativa, contribuem para a sobrecarga de trabalho e limitam a realização de atividades coletivas e socioeducativas.

Como analisa Iamamoto (2004b), apesar da(o) assistente social possuir uma relativa autonomia, é a instituição empregadora que organiza o processo de trabalho do profissional, à medida que fornece os meios e recursos para o desenvolvimento do trabalho, estabelecem as prioridades e define as funções que compõem o cotidiano do trabalho profissional.

Por outro lado, Iamamoto (2004b) analisa que as(os) assistentes sociais historicamente são um dos agentes que implementam as políticas sociais, entretanto o mercado de trabalho atual demanda além a execução, a formulação e a gestão de políticas sociais, a autora reflete que para responder a essas requisições é necessário romper com atividades burocrática e cotidianas, indo além das rotinas institucionais e apreender o movimento da realidade, identificando as possibilidades para o trabalho profissional, como verificamos na afirmação:

Responder a tais requerimentos exigem uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira que reduz o trabalho do assistente social a mero *emprego*, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, à realização de um leque de tarefas as mais diversas, ao cumprimento de atividades preestabelecidas. Já o exercício da *profissão*, é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (Iamamoto, 2004, p. 21, grifos da autora)

Nesta perspectiva, embora as(os) profissionais assistentes sociais tenham limites impostos pela condição de trabalhador assalariado e a despeito das condições objetivas que muitas vezes se mostram limitadas, é importante demarcar institucionalmente o trabalho profissional, aquilo que é atribuição e competência do Serviço Social. Couto (2009) ao abordar a formulação do projeto de trabalho profissional analisa que “é imperativo ao assistente social identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais, que transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida (Couto, 2009, p. 652).

Além das demandas relacionadas ao Programa de Assistência Estudantil, identificamos na pesquisa, outras demandas e requisições para o Serviço Social, tais como: participação em projetos, conselhos de classe, colegiados de curso, atuação em comissões institucionais, dentre estas, as bancas de cotas, núcleo de apoio à pessoas com necessidades educacionais específicas, além da participação em conselhos de direitos.

Como abordamos no decorrer deste artigo, a política de educação é um campo rico de possibilidades, mas também de contradições e projetos em disputa. O Serviço Social é cotidianamente tensionado pela conjuntura nacional, institucional e pelas requisições institucionais frente a materialização do projeto profissional, desafios que se colocam na luta pela garantia dos direitos em tempos de redução, sucateamento e

precarização das políticas sociais.

Entretanto, mesmo diante dessas contradições mediadas pelos interesses da hegemonia burguesa, “parte-se da premissa de que a educação pública, como uma das políticas sociais é um espaço de lutas e disputas em favor da classe trabalhadora. Isso porque a educação é uma das mediações do vínculo entre homens e mulheres ao gênero humano à construção da liberdade humana[...]” (Santana; Ferreira, 2019, p. 37).

Nesse sentido, podemos analisar que o Serviço Social encontra nesse espaço sócio-ocupacional, possibilidades para desenvolver um trabalho que amplie o acesso e os direitos da classe trabalhadora, mas também é um campo com muitos desafios que atravessam o cotidiano profissional, considerando as tensões existentes entre a intencionalidade ético-política crítica e transformadora do projeto profissional e as demandas institucionais ao profissional, que é o trabalhador assalariado (Iamamoto, 2021).

Considerando esse movimento contraditório, entre as possibilidades de atuação e as condições objetivas de trabalho, que se refletem nas limitações impostas pelas condições institucionais e pela própria condição como trabalhador(a) assalariado(a), buscamos compreender como as participantes da pesquisa avaliam as dificuldades e possibilidades do trabalho profissional no IFPR, à luz do projeto ético-político do Serviço Social.

De modo geral, os dados da pesquisa indicam que esse espaço sócio-ocupacional apresenta diversas possibilidades de intervenção profissional, seja com estudantes, familiares, servidores ou com a comunidade externa. Destacam-se entre as possibilidades, o desenvolvimento de projetos e ações coletivas e a realização de um trabalho mais integrado e articulado com outros profissionais; todavia, as participantes enfatizam que o volume de trabalho, as demandas imediatas e a rotina burocrática, limitam o alcance de ações mais abrangentes.

Os dados da pesquisa também revelam tensões entre as atribuições profissionais do Serviço Social e as demandas institucionais direcionadas as(os) assistentes sociais, evidenciando que, frequentemente, são atribuídas às profissionais requisições que não correspondem às competências e atribuições específicas da profissão. Embora haja o reconhecimento de uma relativa autonomia e do potencial para uma atuação profissional mais abrangente, as participantes da pesquisa destacam que a

elevada demanda cotidiana e o acúmulo de atividades acabam inviabilizando a efetivação de outras possibilidades de intervenção profissional.

Ademais, uma das participantes da pesquisa destacou que a realidade social contraditória, marcada pelo aprofundamento das desigualdades, pelos constantes ataques aos direitos humanos e às políticas públicas, bem como pelo enfraquecimento da organização coletiva na defesa de direitos, impacta diretamente os espaços sócio-ocupacionais e desafia cotidianamente o trabalho profissional das(os) assistentes sociais, cenário que exige posicionamento ético-político constante, além da permanente disputa por espaços de fala, intervenção e defesa de direitos no interior das instituições.

Apesar das dificuldades relacionadas ao elevado volume de trabalho, às demandas burocráticas e às requisições que extrapolam as atribuições específicas do Serviço Social, as profissionais reconhecem as potencialidades existentes no espaço sócio-ocupacional para uma atuação mais ampla. Entre as possibilidades destacam-se o desenvolvimento de ações coletivas, projetos, palestras, participação em grupos de pesquisa e o trabalho em equipe multiprofissional, que favorece uma compreensão mais integral dos estudantes e amplia as possibilidades de intervenção profissional.

Diante do exposto, analisamos que o IFPR é uma instituição relativamente jovem e o Serviço Social nessa instituição tem uma história ainda recente e em construção. Assim, consideramos importante a organização e articulação da categoria de profissionais de Serviço Social na instituição no sentido de discutir e refletir criticamente sobre o trabalho profissional.

Além disso, o estudo evidenciou a importância de delimitar o trabalho profissional na instituição, no que se refere ao objeto de intervenção do Serviço Social. Nesse sentido, a construção de um projeto de trabalho profissional mostra-se fundamental para explicitar e reafirmar as atribuições e competências específicas da profissão.

Reforçamos a análise de Couto (2009) ao destacar que, embora o projeto institucional deva ser considerado, é por meio do conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que os assistentes sociais podem consolidar uma direção social bem definida, voltada aos interesses da classe trabalhadora. Essa perspectiva também se manifesta nas respostas das participantes da pesquisa.

#### 4. Considerações finais

A pesquisa indica que a principal demanda de trabalho das(os) assistentes sociais estão relacionadas aos processos de divulgação e orientação sobre os Programas de Assistência Estudantil, abrangendo atividades como: inscrição, análise socioeconômica para concessão de bolsas e auxílios, atendimento social a estudantes e suas famílias, acompanhamento social dos(as) estudantes e encaminhamentos para a rede intersetorial. Além dessas atribuições, destaca-se a participação em projetos, comissões, núcleos, reuniões de colegiado e conselhos de classe.

Foram destacadas também, limitações para o desenvolvimento de ações e projetos voltados para a comunidade acadêmica, uma vez que as profissionais, muitas vezes, absorvem atividades burocráticas e administrativas no cotidiano profissional, tendo em vista a ausência de profissionais da área administrativa no setor. Também, se verificou a prevalência de respostas a exigências imediatas diante da demanda de trabalho e a insuficiência de profissionais, o que compromete o planejamento e a execução de ações mais abrangentes.

É importante considerar que as transformações ocorridas no mundo do trabalho ao longo do tempo tendem a precarizar ainda mais as condições de trabalho, intensificando os processos; e as requisições institucionais tendem a priorizar atividades rotineiras e operacionais, muitas vezes em detrimento de um trabalho técnico, crítico e criativo, como afirmado por Yamamoto (2021).

Nesse contexto, torna-se fundamental demarcar o trabalho profissional no interior da instituição, delimitando as atribuições e competências do Serviço Social. Como defende Couto (2009), ao tratar da formulação do projeto profissional, é imprescindível que o(a) assistente social identifique as demandas que requerem sua intervenção e defina de que forma essa intervenção se concretizará no processo de trabalho.

Apesar dos desafios apontados, vislumbram-se possibilidades no espaço sócio-ocupacional para o desenvolvimento de ações coletivas junto à comunidade interna e externa, bem como para a elaboração de projetos, realização de palestras, participação em grupos de pesquisa e fortalecimento do trabalho interdisciplinar.

## Referências

- ABREU, Renata Pacheco de; INCERTI, Tânia Gracieli Veja; JULIO, Edinalva. **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica: o exercício profissional dos(as) assistentes sociais no Instituto Federal do Paraná**. Anais do 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais e 2º Seminário de Direitos Humanos. Toledo, UNIOESTE, 2014.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo, Saraiva, 2011.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, CFESS, 2013. Disponível em: BROCHURACFESS\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf Acesso em: 08 jan. 2022.
- COUTO, Berenice Rojas. **Formulação do projeto de trabalho profissional**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009. p. 651-663.
- DALLAGO, Cleonilda Sabaini Tomazini. **Serviço Social na Educação: Concepções e direitos em questão**. Tese de doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2014. Disponível em: tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17684/1/Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago.pdf Acesso em: 20 out. 2020.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica**. 15 ed. São Paulo, Cortez, CELATS, 2003.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Crítico**. São Paulo, Cortez, 2004a, 7 ed.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2004b.
- IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora**. In: Diálogos do Cotidiano – Assistente Social. Reflexões sobre o cotidiano profissional. Brasília, CFESS, 2021.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2011.
- SANTANA, Joana Valente; FERREIRA, Benedito de Jesus. **Projeto Ético-Político do Serviço Social e a construção de um projeto educacional classista**. Textos e Contextos, Porto Alegre, v.18 n.1, p. 31-44, 2019. Disponível em: Vista do Projeto Ético-Político do Serviço Social e a construção de um Projeto Educacional Classista Acesso em: 14 mar. 2022.

SILVA, Lucila Carvalho da. **O trabalho do assistente social no contexto da educação profissional: questões em debate.** In: Serviço Social e Educação. Org. PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Cord. FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. 2 ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, p. 131-148, 2013.

WITIUK, Ilda Lopes. **A trajetória sócio-histórica do Serviço Social no espaço da escola.** Tese de doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2004.

YAZBEK. Maria Carmelita. **O significado sócio – histórico da profissão.** In: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009a p. 125-141. Brasília, CFESS/ABEPSS, 200.